



V CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PRÁTICA CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO (MÓDULO ISOLADO)

PROGRAMA

Apresentação

As estatísticas anuais publicadas pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e pela Direção-Geral de Política de Justiça do Ministério da Justiça confirmam a tendência de crescimento constante da litigância na jurisdição administrativa e fiscal, acompanhada pelo aumento do número de profissionais e especialistas dedicados ao Direito Administrativo e ao Direito Tributário. Não é por isso de espantar que, nos últimos anos, o poder político tenha revelado uma crescente e contínua aposta na formação de magistrados nas áreas do Contencioso Administrativo e Tributário, como o confirma a abertura dos III (2014), IV (2016), V (2018), VI (2019) e VII (2020) concursos de ingresso e cursos no Centro de Estudos Judiciários para o preenchimento de vagas na magistratura dos tribunais administrativos e fiscais, tendo, entretanto, já sido publicado em *Diário da República* o Despacho da Ministra da Justiça n.º 11 673, de 11 de novembro de 2020, a autorizar a abertura em 2021 de um novo concurso para preenchimento de mais 30 lugares de auditor de justiça, destinados à jurisdição administrativa e fiscal.

As intervenções legislativas nos domínios do Direito Administrativo e do Direito Tributário evidenciam, por sua vez, a necessidade permanente de todos os operadores jurídicos na atualização dos seus conhecimentos nestas áreas, valendo a pena destacar, entre outras, as reformas do IRC e do IRS (2014), a aprovação e entrada em vigor de um novo Código do Procedimento Administrativo (2015), a reforma do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF) e do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA) (2015), a revisão do Código dos Contratos Públicos (2017) ou a aprovação da Portaria n.º 380/2017, de 19 de dezembro, entretanto alterada pela Portaria n.º 267/2018, de 20 de setembro, relativa à tramitação eletrónica dos processos da jurisdição administrativa e fiscal.

Mais recentemente, a aprovação no fim da anterior legislatura do pacote legislativo para a *Reforma da Jurisdição Administrativa e Fiscal* preparado pelo XXI Governo Constitucional (Lei n.º 114/2019, de 12 de setembro, que alterou o ETAF, e Lei n.º 118/2019, de 17 de setembro, que modificou regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária, procedendo a diversas alterações legislativas, nomeadamente ao CPTA e ao Código de Procedimento e Processo Tributário), vem suscitar novos desafios neste domínio, a que acresce ainda a publicação do Decreto-Lei n.º 174/2019, de 13 de dezembro, que veio proceder à criação de juízos de competência especializada (juízo administrativo comum, juízo administrativo social, juízo tributário comum e juízo de execução fiscal e de recursos contraordenacionais) em determinados tribunais administrativos e fiscais.

Este conjunto de circunstâncias dá o mote para que o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa organizem, em cooperação, a V edição do Curso de Pós-Graduação em *Teoria e Prática de Contencioso Administrativo e Tributário*, colhendo os frutos muito positivos do Curso Intensivo e dos I, II, III e IV Cursos de Pós-Graduação já realizados nos quatro anos anteriores.

Destinado a Advogados, Juízes, Estudantes, trabalhadores do setor da Administração Pública ou da Justiça com interesse particular nas áreas do Direito Administrativo e do Direito Tributário, o Curso de Pós-Graduação estrutura-se sob dois eixos fundamentais: (i) por um lado, o objetivo de estabelecer a ponte entre os conceitos e institutos fundamentais de Direito Administrativo e Direito Tributário substantivo com as técnicas e instrumentos dos respetivos ramos de Direito Processual; (ii) por outro lado, a ambição de aproximar os conhecimentos teóricos de Direito Administrativo, Direito Tributário e Teoria do Processo com os aspetos práticos de organização, funcionamento e prática processual nos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Procurará deste modo proporcionar-se uma visão atual e dinâmica em torno da atividade administrativa e tributária e da jurisdição administrativa e fiscal, calibrada com uma visão dos meios processuais adequados ao exercício e proteção dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, o que se afigura indispensável para uma perceção adequada e equilibrada sobre a atividade dos serviços da justiça e da sua relevância numa sociedade dominada pelo conhecimento.

Para o efeito, tendo em vista o debate sobre temas da maior atualidade na prática da Administração Pública e da Administração Tributária, o Curso integrará, em cada um dos Módulos, não só uma particular atenção à análise crítica da jurisprudência dos

Tribunais Administrativos e Fiscais, mas também a preocupação em habilitar os alunos à preparação de peças processuais, numa lógica de *law in action*.

Contencioso Tributário

18 de março

18:30 - 20:00 / 1) **O contencioso tributário e os problemas atuais da justiça tributária**

- Rogério Fernandes Ferreira

20:15 - 21:45 / 2) **A justiça tributária na perspetiva do advogado; os tempos da justiça**

- Rogério Fernandes Ferreira

25 de março

18:30 - 20:00 / 3) **A relação jurídica tributária e os poderes da Administração Tributária**

- Jesuíno Martins

20:15 - 21:45 / 4) **Os princípios do procedimento e do processo tributário; a responsabilidade tributária**

- Jesuíno Martins

8 de abril

18:30 - 20:00 / 5) **Procedimento de inspeção tributária (I): princípios, âmbito e tipologia da ação de inspeção tributária**

- Jesuíno Martins

20:15 - 21:45 / 6) **Procedimento de inspeção tributária (II): marcha do procedimento, ónus da prova e fundamentação dos atos tributários**

- Jesuíno Martins

15 de abril

18:30 - 20:00 / 7) **As metodologias de avaliação da matéria tributável: avaliação direta e indireta: As manifestações de fortuna e acréscimos patrimoniais**

- Vasco Valdez

20:15 - 21:45 / 8) **Cláusula geral e específicas antiabuso: Procedimento de avaliação dos bens patrimoniais**

- Vasco Valdez

22 de abril

18:30 - 20:00 / 9) **A derrogação do sigilo bancário e o acesso à informação financeira (I): enquadramento e pressupostos**

- Vasco Valdez

20:15 - 21:45 / 10) **A derrogação do sigilo bancário e o acesso à informação financeira (II): competência e meios de defesa**

- Vasco Valdez

29 de abril

18:30 - 20:00 / 11) **O procedimento de liquidação: na Administração Tributária e na Segurança Social**

- Jesuíno Martins

20:15 - 21:45 / 12) **A extinção da relação jurídica tributária: vicissitudes e patologias**

- Jesuíno Martins

6 de maio

18:30 - 20:00 / 13) **Os meios impugnatórios de natureza administrativa (I): o pedido de revisão da matéria tributável e o pedido de revisão do ato tributário**

- Vasco Valdez

20:15 - 21:45 / 14) **Os meios impugnatórios de natureza administrativa (II): a reclamação graciosa e o recurso hierárquico**

- Vasco Valdez

13 de maio

18:30 - 20:00 / 15) **O processo de execução fiscal (I): instauração, citação e penhora de bens**

- Jesuíno Martins

20:15 - 21:45 / 16) **O processo de execução fiscal (II): reclamação de créditos, e vendas de bens e meios impugnatórios; a efetivação da responsabilidade subsidiária**

- Jesuíno Martins

20 de maio

18:30 - 20:00 / 17) **Psicologia da litigância (I): aspetos gerais e intercessão da Psicologia no Direito; psicologia forense: perceção e suas limitações, procedimentos de aquisição e de identificação**

- Carlos Poiares

20:15 - 21:45 / 18) **Psicologia da litigância (II): as emoções, os factos e a sua descrição; narração e verdade no testemunho; psicologia do julgador e perícias psicológicas, Cognição e técnicas de interrogatório**

- Carlos Poiares

27 de maio

18:30 - 20:00 / 19) **A impugnação judicial (I): objeto, função, fins e sujeitos processuais; os sujeitos processuais e a petição inicial; causa de pedir e pedido; prazos, justo impedimento, patrocínio judicial e valor da ação**

- Catarina Almeida Sousa

20:15 - 21:45 / 20) **A impugnação judicial (II): retórica processual e argumentação jurídica e factual; nulidades, apensação de ações e suspensão da instância; a marcha processual**

- Catarina Almeida Sousa

2 de junho

18:30 - 20:00 / 21) **A instância (I): começo, desenvolvimento, suspensão, interrupção, extinção; despacho liminar, sanação de deficiências; impugnações de causas específicas/especiais**

- Tânia Meireles da Cunha

20:15 - 21:45 / 22) **A instância (II): contestação/reposta, conhecimento imediato do pedido; audição sobre questões prévias, diligências de prova; articulados supervenientes, alegações e sentença**

- Tânia Meireles da Cunha

9 de junho

18:30 - 20:00 / 23) **A impugnação judicial na perspectiva do credor tributário: A contestação; a revogação do ato tributário**

- Jesuíno Martins

20:15 - 21:45 / 24) **O contencioso administrativo e judicial da Segurança Social**

- Jesuíno Martins

17 de junho

18:30 - 20:00 / 25) **A instância (III): pressupostos processuais, audiência preliminar; enunciação dos temas de prova e princípios da dinâmica da prova; audiência de julgamento, poderes de cognição/poderes do juiz**

- Raquel Reis

20:15 - 21:45 / 26) **Meios processuais acessórios: Providências cautelares e incidentes**

- Raquel Reis



V CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PRÁTICA CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO (MÓDULO ISOLADO)

24 de junho

18:30 - 20:00 / 27) **Recursos Jurisdicionais no Contencioso Tributário (I): regime dos recursos dos atos jurisdicionais praticados no processo judicial tributário; recurso por oposição de acórdãos e recurso de revista**

- Cristina Flora

20:15 - 21:45 / 28) **Recursos Jurisdicionais no Contencioso Tributário (II): reclamação e recurso na ação administrativa e meios acessórios; Reenvios Prejudiciais; Recurso Arbitral**

- Cristina Flora

1 de julho

18:30 - 20:00 / 29) **A arbitragem tributária (I): o pedido arbitral e o processo arbitral, a vinculação da Autoridade Tributária e Aduaneira, legitimidade, prazos e constituição do tribunal; a marcha do processo, a decisão e a dissolução do tribunal arbitral**

- António Fontoura

20:15 - 21:45 / 30) **A arbitragem tributária (II): aspetos gerais, âmbito e fins da arbitragem tributária; enquadramento europeu e internacional da arbitragem tributária**

- Clotilde Celorico Palma



V CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PRÁTICA CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO (MÓDULO ISOLADO)

INFORMAÇÕES

Duração e horário

90 horas letivas, repartidas por 60 aulas (1,5h) em horário pós-laboral, de 16 de março a 1 de julho de 2021, sendo admitida a inscrição e frequência global ou separada em cada um dos módulos de Contencioso Administrativo (30 sessões) /Contencioso Tributário (30 sessões)

Caso a evolução da pandemia o permita, as sessões decorrerão na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, às 3.as feiras (Contencioso Administrativo) e às 5.as feiras (Contencioso Tributário), entre as 18h30-20h00 e as 20h15-21h45 (duas sessões diárias), com exceção das sessões de Contencioso Tributário em 2 e 9 de junho de 2021, que decorrerão às 4.ªs feiras. Em qualquer circunstância, as sessões serão todas transmitidas por videoconferência através da plataforma zoom, pelo que, na impossibilidade de realização de sessões presenciais, o curso será lecionado apenas por videoconferência. E os participantes que assim o entendam poderão seguir o curso apenas por videoconferência.

Número de vagas

35 participantes (admitidos segundo ordem de inscrição)

Propina

- Curso completo (60 aulas ´ 1,5h): € 1100
- Módulos separados (30 aulas ´ 1,5h): € 700

Certificados e Avaliação

Será emitido um **Certificado de Frequência** aos alunos que tenham estado presentes em, no mínimo, três quartos das sessões correspondentes ao módulo ou módulos em que estejam inscritos.

A emissão de um **Certificado de Pós-Graduação** depende da entrega de um trabalho escrito, a elaborar e a avaliar nos termos do Regulamento que acompanha este Programa. Aos alunos que frequentem os dois módulos e elaborarem com aproveitamento o trabalho escrito (em qualquer área) será atribuído um Certificado em *Teoria e Prática de Contencioso Administrativo e Tributário*; aos alunos que frequentem apenas um dos módulos e elaborem com aproveitamento o trabalho escrito será atribuído, respetivamente, um Certificado em *Teoria e Prática de Contencioso Administrativo* ou *Teoria e Prática de Contencioso Tributário*.

Inscrições

- Inscrições *online* até ao dia 12 de março de 2021.
 - **Curso completo** - [inscreva-se aqui](#)
 - **Apenas Módulo de Contencioso Administrativo** - [inscreva-se aqui](#)
 - **Apenas Módulo de Contencioso Tributário** - através do botão respetivo, no menu vermelho, acima nesta página.
- Não necessita enviar comprovativo dos pagamentos multibanco feitos na sequência da inscrição *online*, pois eles são enviados diretamente pela rede.
- As inscrições ficam confirmadas com a regularização do respetivo pagamento.
- As entidades que necessitem de emissão prévia de fatura, deverão contactar o secretariado do ICJP, após efetuarem a inscrição *online*, onde deverão selecionar a modalidade de pagamento por transferência bancária. No caso de múltiplas inscrições regularizadas com um único pagamento, quando do envio do comprovativo, deverão ser identificadas as inscrições a que o mesmo diz respeito.



V CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PRÁTICA CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO (MÓDULO ISOLADO)

Contactos

Dra. Telma Oliveira, de 2.^a a 6.^a, 11h00-13h30 e 14h30-19h00.

Telefone: 217820265 – Telemóvel: 933469330 – e-mail: icjp@fd.ulisboa.pt



V CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PRÁTICA CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO (MÓDULO ISOLADO)

FICHA TÉCNICA

Coordenadores:

- Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva
- Prof.ª Doutora Clotilde Celorico Palma
- Prof. Doutor João Miranda

Assessor Científico:

- Dr. José Duarte Coimbra

Organização:



Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Law School of Lisbon

